

MACRODESAFIO

**FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC DE PROTEÇÃO DE DADOS**

MACRODESAFIO

**APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Secretaria de Auditoria

## Relatório Final de Auditoria

Auditoria Sobre o Planejamento das Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação

Auditoria n. 2023/006

Processo SEI n. 07453/2023

**Processo SEI n. 07453/2023**

**Auditoria n. 2023/006**

**Unidade Responsável:** Coordenadoria de Auditoria Interna –  
COAD/SAU

## **RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA SOBRE O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

### **Auditoria:**

**Modalidade:** Auditoria operacional.

**Ato originário:** Despacho SG 1450671, que aprovou o Plano Anual de Auditoria 2023.

**Objeto da auditoria:** Avaliar o planejamento de longo prazo da unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação, analisando o crescimento da área ao longo dos anos e seu impacto orçamentário, bem como evidenciar a taxa de crescimento da unidade e dos projetos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a capacidade orçamentária do órgão.

**Período de realização da auditoria:** agosto/2023 a junho/2024.

### **Secretaria de Auditoria Interna:**

Dr. Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues – Secretário de Auditoria

Lino Comelli Júnior – Mat.: 2183 – Assessor-Chefe da Secretaria de Auditoria

Priscila Schubert da Cunha Canto – Mat.: 1518 - Assessora-Técnica da Secretaria de Auditoria

### **Coordenadoria de Auditoria Interna:**

Edison Livio Bruno de Araújo Lopes – Mat.: 2369 – Coordenador de Auditoria Interna

### **Composição da equipe de auditoria:**

Alexandre Pinto Vieira de Paula – Mat.: 2060 – Analista Judiciário – Área Administrativa

Thiago Eustáquio da Costa Gonçalves – Mat.: 1862 – Analista Judiciário – Área Administrativa – Especialidade: Contabilidade



## O que foi auditado?

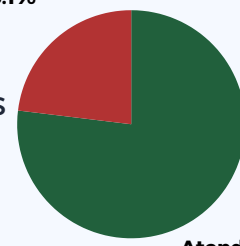
O planejamento de longo prazo das contratações do DTI



Orçamento de TIC:  
2019 a 2023

13 EXAMES

Não atendimento  
23.1%



Atendimento  
76.9%

Planejamento das contratações

vs.

Atingimento dos objetivos

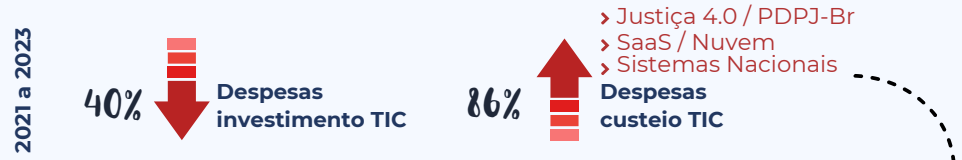
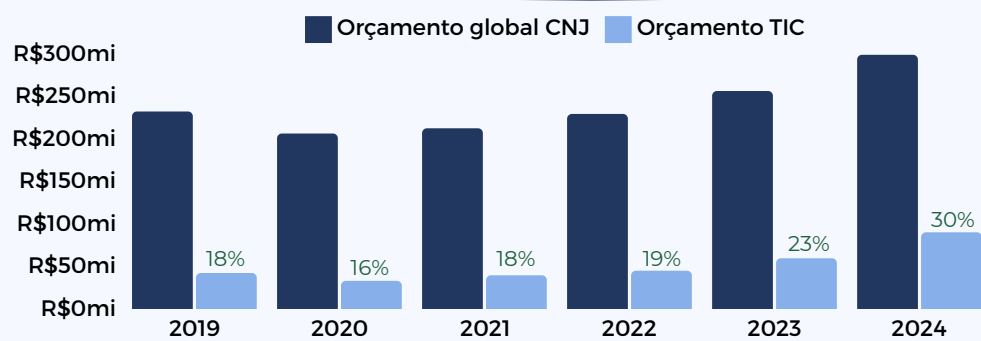
Impacto sobre o orçamento global do CNJ;  
Sustentabilidade nas contratações;  
Eficácia na priorização de demandas;

Indicadores de desempenho;  
Mensuração dos benefícios



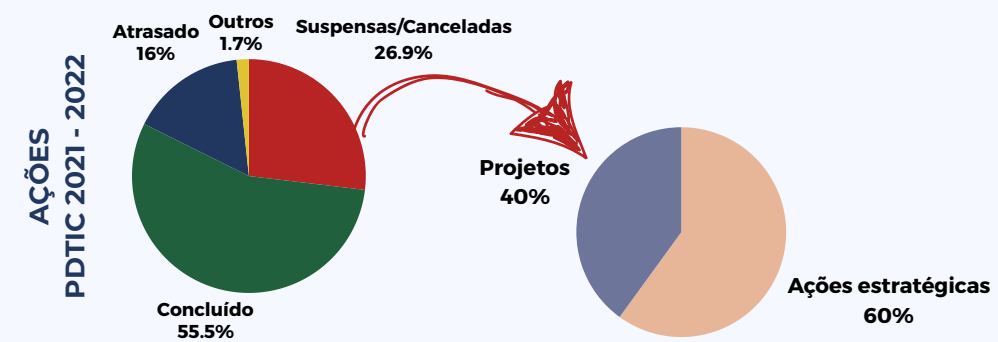
## O que a SAU encontrou?

Impacto da mudança no modelo tecnológico adotado no CNJ nas despesas de custeio e nos indicadores de desempenho.

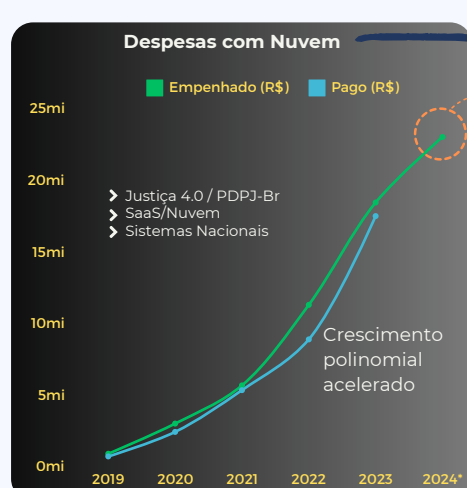
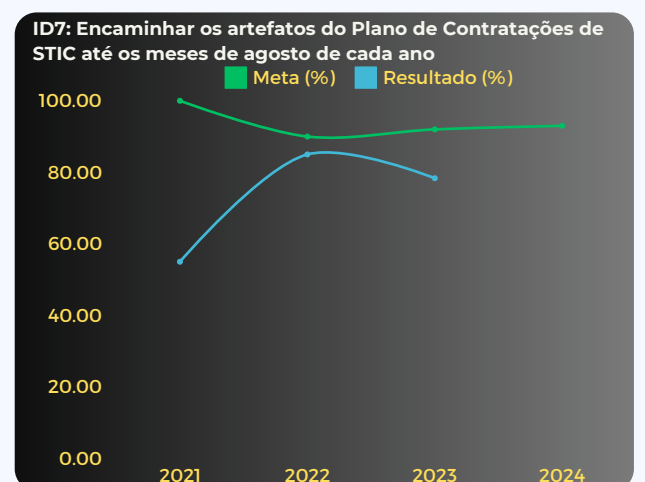
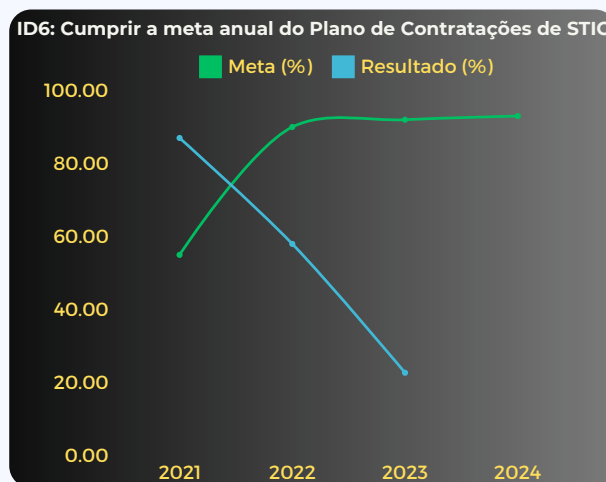


iGovTIC-JUD	2019	2020	2021	2022	2023
		26°-30°	34°-38°	31°	54°

Piora inclusive no indicador "Infraestrutura e Serviço em Nuvem"



**X** Crescimento significativo nas despesas de custeio, sem impactos positivos nos indicadores estratégicos



Benefícios e **riscos associados** do modelo: Acórdão TCU 1739/2015 - Plenário

- Estouro do orçamento
- Interrupção de serviços
- Menor flexibilidade para gerir recursos

Não foi identificado se, na formulação dessas políticas judiciais, houve o planejamento das demandas tecnológicas que seriam geradas, tampouco se houve participação do DTI

TCU 2569/2018 - Plenário

A principal motivação da implantação de **modelos centralizados** ou **compartilhados** de compra é a busca por maior **eficiência administrativa** tal como preconiza o art. 37, caput, da Constituição Federal.

No entanto, o cenário encontrado foi o da **pouca** participação e **colaboração entre instituições públicas nas aquisições de software**, o que leva à ineficiência e à baixa economicidade nessas compras públicas.

## Auditoria sobre o Planejamento das Contratações de TIC

Processo SEI n. 07453/2023  
Normas centrais: ISSAI 3000; ENTIC-JUD  
Abertura: Despacho SAU n. 1611957

## 4.1 Impacto da mudança no modelo tecnológico adotado no CNJ nas despesas de custeio e nos indicadores de desempenho.

Critério	Situação encontrada	Evidência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 37, caput, da CF/88 – Princípio da Eficiência</li> <li>• Resolução CNJ n. 370/2021</li> <li>• Objetivos estratégicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento significativo de 863% nas despesas com computação em nuvem entre 2020 e 2024, passando de R\$ 2.387.430,77 para a previsão orçamentária de R\$ 23.000.000,00;</li> <li>• Concentração orçamentária em despesas de custeio, despesas continuadas por alteração do modelo tecnológico adotado.</li> <li>• 31,63% de ações constantes no PDTIC 2021-2022 foram suspensas ou canceladas;</li> <li>• Projetos cancelados e suspensos com execução superior a 50%;</li> <li>• Não atingimento dos Indicadores de desempenho;</li> <li>• Piora no ranking iGovTIC-JUD.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PCA de 2019 a 2024;</li> <li>• Contrato 24/2021, Processo SEI n. 03547/2021, esgotamento de recurso e nova contratação para computação em nuvem;</li> <li>• Portfólio de Projetos de TIC;</li> <li>• Indicadores de desempenho do objetivo estratégico “Aprimorar as Aquisições e Contratações”;</li> <li>• iGovTIC-JUD.</li> </ul>
Causa	<h3>Recomendação</h3>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Causa 01: Falta de participação ativa da parte técnica na formulação de políticas judiciárias que demandem infraestrutura e suportes tecnológicos, a fim de prever custos, viabilidade de suporte e disponibilidade de recursos orçamentários e humanos.</li> <li>• Causa 02: A falta de definição dos benefícios esperados para as ações e contratações compromete sua eficácia, eficiência e efetividade. Sem isso, torna-se difícil mensurar os resultados obtidos e a agregação de valor das atividades.</li> </ul>		
Efeito		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de sustentabilidade para a manutenção de projetos existentes e de recursos para o desenvolvimento de novos projetos.</li> <li>• Desperdício de recursos, tanto orçamentários como de horas dos servidores, como resultado de diversas ações iniciadas e não concluídas.</li> </ul>		

## 4.1 Impacto da mudança no modelo tecnológico adotado no CNJ nas despesas de custeio e nos indicadores de desempenho.

Unidade	Encaminhamento (Relatório Preliminar)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação</li> <li>Diretoria-Geral</li> <li>Secretaria de Estratégia e Projetos</li> <li>Secretaria-Geral</li> </ul>	<p><b>DG:</b> Manifestação sobre a existência de planos para mitigar riscos de contingenciamento, prevendo as possíveis alternativas a serem adotadas nos casos de limitação orçamentária, de forma a primar pela continuidade dos serviços de TIC de forma sustentável (LC 200/2023).</p> <p><b>SG e DTI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Manifestação sobre o baixo desempenho nos indicadores estratégicos;</li> <li>b) Manifestação sobre controles internos relacionados a cancelamentos/suspensões de projetos/ações que demandem os serviços de TIC.</li> </ul>
	Providências
	<p>Durante uma reunião conjunta com o DTI e representantes da alta administração, foi destacado que o DTI atua como executor das políticas definidas pela alta administração, mas não é consultado sobre a viabilidade, custos ou tecnologia disponível nas decisões estratégicas, o que compromete a continuidade e a visão de longo prazo. Como solução, o DTI sugeriu a criação de uma instância de governança para decisões sobre a carteira de projetos. Além disso, o DTI mencionou a estabilidade trazida pela migração para a nuvem, mas reconheceu a imprevisibilidade dos custos associados, especialmente no modelo de nuvem do PDPJ-Br, cuja operacionalização do financiamento ainda enfrenta desafios.</p> <p>A Secretaria-Geral e a Diretoria-Geral enfatizaram a necessidade de práticas de aderência orçamentária e legal, além da criação de mecanismos para garantir a continuidade institucional, mesmo com mudanças de comando. O DTI, por meio de seu relatório, explicou que as melhorias no iGovTIC-JUD visam aumentar a precisão da avaliação e que as reuniões semanais e painéis de acompanhamento em tempo real são usados para monitorar os projetos. Em relação às despesas de computação em nuvem, o DTI justificou o aumento devido às crescentes demandas institucionais e está buscando soluções conjuntas de contratação alinhadas com as diretrizes do TCU.</p> <p><b>Recomendações:</b> Ver coluna Recomendações da MATRIZ DE ACHADOS.</p>